



Popularidade do futebol no Brasil: uma análise sociológica

Popularity of soccer in Brazil: an elective affinity

Ricardo Cortez Lopes¹

Resumo: Este artigo busca confrontar um traço cultural brasileiro (a admiração pelo esporte de origem britânica chamado de futebol) com uma literatura sociológica, buscando o que Weber denominou como “afinidade eletiva”. A partir de uma revisão bibliográfica, procedemos a (a) traçar uma metodologia a partir da afinidade eletiva e (b) determinarmos as regras básicas de uma partida de futebol. Esses esforços desembocaram na montagem das nossas categorias de análise, a saber: Participantes, Autoridade e Bola. Em seguida, comparamos essas regras com a literatura sócio-antropológica, buscando apontar o modo como o jogo tem potencial de atrair desejos e interpretações sobre como acontece a dinâmica social brasileira.

Palavras-chave: futebol, cultura brasileira, afinidade eletiva.

Abstract: This article seeks to confront a Brazilian cultural trait (the admiration for the sport of British origin called soccer) with a sociological literature, searching for what Weber called "elective affinity". From a bibliographical review, (a) methodology from the elective affinity and (b) we determine the basic rules of a football match. These efforts led to the assembly of our categories of analysis, namely: Participants, Authority and Ball. Next, we compare these rules with the socio-anthropological literature, seeking to point out how the game has the potential to attract desires and interpretations about how Brazilian social dynamics happens.

Keywords: soccer, brazilian culture, elective affinity, keyWord4, keyWord5.

Introdução

Os meios esportivos costumam afirmar que, no Brasil, um esporte é mais popular e demandado conforme ostente um integrante campeão a nível mundial. Esta fórmula, no entanto, não é totalmente precisa, porque alguns atletas de algumas modalidades, embora sejam multicampeões, como o velejador Lars Grael², não possuem o mesmo reconhecimento público que atletas menos bem sucedidos. E nem o futebol brasileiro, por exemplo, é tão vencedor quanto outros esportes e desfruta dessa alcunha - foram

¹Licenciado em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: rshicardo@hotmail.com

²Este talvez tenha ficado mais famoso quando de um acidente que amputou a sua perna direita em 1998 do que propriamente por sua carreira vitoriosa. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/09/ha-12-anos-iatista-lars-grael-sobreviveu-acidente-no-mar.html>. Consultado em 2/10/2018



25% de títulos da Copa do Mundo (seguidos de perto pela seleção italiana, por exemplo) e somos o segundo país em número de conquistas da Taça Libertadores da América, largamente atrás da Argentina. Mesmo sem ser absoluto no futebol, há uma prática disseminada do esporte, de tal monta que há muita variabilidade de times com relação às regiões, idades e nível profissional. E não é um sucesso momentâneo como acontece com outras modalidades:

[...] o brasileiro não gosta de esporte; gosta de ver brasileiro ganhando. Desde a Fórmula 1 é assim. Ayrton Senna é ídolo até hoje porque morreu no auge, ainda como alguém de quem se esperava um título, ainda numa grande equipe[...] Em compensação, todos os que vieram depois dele - incluindo Rubens Barrichello e Felipe Massa, ambos acima da média - viraram piada, mesmo tendo sido vice-campeões numa geração de monstros como Michael Schumacher, Fernando Alonso e, posteriormente, Lewis Hamilton [...] Até 2001, com uma seleção de futebol claudicante, só se falava de Gustavo Kuerten [...] Daiane dos Santos, em 2003, foi a primeira brasileira a ganhar um Mundial. Depois, fez história com um salto único. Mas o ápice foi curto e, depois - adivinha? -, o desempenho da atleta virou motivo de piadinhas por aqui [...] E é por isso, amigos, que o vôlei se mantém, ano após ano, como segunda preferência do brasileiro, a apenas um abismo e três dimensões de distância do futebol. É porque, mesmo nas vacas magras, as seleções estão ali perto, rondando um título, cercando uma medalha (PARANHOS, 2014)

Vamos considerar, aqui, o termo popularidade como um grande nível de espalhamento de representações sobre o que é esporte a partir de determinada modalidade em determinada coletividade. Uma evidência disso, por exemplo, é que podemos observar que no Brasil a palavra “jogador” remete, automaticamente, ao jogador de futebol, e não a um outro, que precisa ser sempre adjetivado, como um “jogador de vôlei” - assim como o recorte de gênero “futebol feminino” ou o nome “técnico”, remetido diretamente ao treinador de futebol. Podemos também perceber alguns vocábulos do próprio jogo que passam para a dimensão cotidiana, como na música “se você quer zero/eu quero um a um”, de Djavan, que faz todo o sentido em uma partida de futebol. Ou seja: para além de ser um esporte no qual os brasileiros se engajam, ele está amalgamado com a própria cultura. Mas por que exatamente esse esporte e não outro? Assim, o esquema explicativo desta pesquisa se configura dessa maneira: futebol - afinidade eletiva - cultura brasileira.

Alguns autores buscaram demonstrar o quanto o futebol construiu a ideia de nação brasileira, tratando-se o esporte de uma formalização da cultura, na busca de uma



unidade que permitam a aglutinação:

No Brasil, a filiação futebolística constitui-se num dado tão importante quanto a família e a comunidade de origem ou religiosa. Somos "livres", desde crianças, para escolher nosso time, mas, paradoxalmente, essa escolha geralmente depende tanto da família, quanto do grupo de amigos da criança. Desta forma, o futebol transmite valores como a lealdade absoluta a um time, segmentando a sociedade em "coletividades individualizadas e compactas"(DE SOUZA, 1996: 110)

Nosso objeto de estudo, no entanto, está mais na dimensão cotidiana, no quanto esse esporte - de acordo com seus princípios organizacionais - possui afinidade eletiva com a cultura brasileira (esta abordada segundo revisão bibliográfica) - constituindo-se em um local de autenticidade diante de um contexto social pós-colonial com o qual este brasileiro não se identifica e rejeita, mas que nele sobrevive com válvulas de escape como o do futebol. Assim, o futebol funciona como um rito de suspensão, mas não apenas isso: mais do que inverter, ele traz alguma identificação de como as coisas deveriam ser em um contexto mais amplo, ao mesmo tempo em que torna mais didáticas algumas dinâmicas sociais que já ocorrem. Entre um estado que o tutela - sem a estrutura para garantir tal tutelamento - e um mercado de trabalho selvagem - que não recompensa com justiça - o futebol se constitui em um espaço de autoria coletiva. Esta pesquisa parte, primeiramente, de ideias de Norbert Elias, que enxergou o esporte como mais do que o esporte, mas sim como uma expressão cultural do processo civilizatório (ELIAS, 1993).

1. Afinidade eletiva

O conceito para análise será o de afinidade eletiva, bastante conhecido a partir por conta do uso de Max Weber em sua famosa obra, "A ética protestante e o espírito do capitalismo" - na qual a afinidade eletiva justamente explica a relação entre os dois entes do título: "A expressão[...] foi usada por Max Weber [...] para dar um toque de sutileza às associações entre uma doutrina religiosa (o protestantismo) e um sistema econômico (o capitalismo)" (TESSER e DE SOUZA, 2012: 338). Para além de se constituir em um fenômeno, gostaríamos de operacionalizá-lo de um ponto de vista metodológico, o que faremos no fim desta seção após a revisão do conceito.

A afinidade eletiva foi, inicialmente, uma expressão que decorreu das ciências naturais para usos dentro da sua própria lógica epistêmica:



A expressão "afinidades eletivas" não está contemplada na Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais, também não é verbete do grande Dicionário de Filosofia, de Ferrater Mora. Mais freqüente é encontrá-la nas enciclopédias de ciências naturais e nas de esoterismos. [...] Foi Santo Alberto Magno, mestre de São Tomás de Aquino, quem no século XIII, utilizou-se da palavra latina *affinitas* no sentido de "atração, análoga à atração molecular que produz as combinações químicas" (DE PAULA, 2005: 72)

Mas há, ainda, registros de aparições do mesmo no próprio campo da literatura ficcional, também com suas implicações próprias:

O termo tem uma história anterior aos escritos do filósofo, sendo primeiro encontrado na química de Berman, de onde o romancista Goethe tirou o título do seu romance *Die Wahlverwandtschaften* (1890), quando significava o "movimento passional pelo qual o homem e mulher são atraídos um para o outro (...) a partir da afinidade íntima entre suas almas" (PY, 2015: 554)

Quando Weber retira a afinidade eletiva dos campos natural, filosófico e literário, não o faz com uma definição exata e clara (PY, 2015: 554). Todavia, a partir do estudo de suas obras de uma perspectiva mais hermenêutica, é possível fazer a seguinte formulação:

A expressão permite escapar do estabelecimento de laços causais em proveito da atenção às ressonâncias mútuas entre orientações de pensamento e de conduta que percorrem cada qual seu caminho (TESSER, DE SOUZA, 2012: 338)

Todavia, Py (2015: 554) amplia esse quadro: "[...]é, em primeiro lugar, a existência de elementos convergentes e análogos entre uma ética religiosa e um comportamento econômico"[...]. [...] pode ser usado de formas variadas [...] desde o campo religioso até as ações comunitárias". Apesar de o estudo weberiano ser econômico-religioso, a utilização da expressão "ressonâncias" permite a sua aplicação para fenômenos em que essa influência acontece de maneira mútua.

Apercebendo-se deste nicho deixado em aberto pela indefinição direta do alemão Weber, o francês Michael Löwy buscou complexificar a discussão ao desdobrar o conceito em quatro níveis de significação:

O primeiro designa a idéia de afinidade e certa correspondência. O segundo remete ao sentido de "eleição", em que dois elementos, forças ou fenômenos se atraem reciprocamente, conduzindo a certas formas de interação. O terceiro significado é de "articulação", que apresenta diferentes modalidades de união: "simbiose cultural", "fusão parcial" e



“fusão total”. O último nível refere-se a uma nova figuração, em que se articulam dois elementos distintos; por exemplo a constituição da corrente de pensamento marxista freudiana [...] As afinidades eletivas são, portanto, uma noção útil para uma abordagem que pretenda escapar à tradicional determinação causal direta, aproximando-se de uma percepção dinâmica e dialógica das mútuas influências e/ou confluências entre diferentes idéias, movimentos ou outros fenômenos sociais (TESSER, DE SOUZA, 2012: 338)

Sinteticamente, o autor afirma que há, portanto, um corolário composto por dois integrantes:

[a afinidade eletiva] é o processo pelo qual a) duas formas culturais/religiosas, intelectuais, políticas, ou econômicas ou b) uma forma cultural e o estilo de vida e/ou os interesses de um grupo social entram, a partir de certas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentido, numa relação de atração e influência recíprocas, de escolha ativa, de convergência e de reforço mútuo (LÖWE apud PY, 2015: 554)

A partir desses desenvolvimentos, podemos avançar para uma operacionalização: conceitualmente, a afinidade eletiva explica a relação entre fenômenos sem apontar para uma causalidade principal - seja ela estatística ou não. O que não exclui o afetamento desses fenômenos e a sua mútua transformação, mas implica não conceber uma relação entre variável dependente e independente, originando-se a sua aproximação por algum fator que é aleatório (no sentido de que não há uma causalidade meta-narrativa). Metodologicamente, então, a afinidade eletiva implica em (1) se estabelecer os dois fenômenos que, necessariamente, aparentam uma relação de causalidade direta, (2) revisar bibliograficamente esses dois entes, problematizando-os para que, assim, os dados futuros não se mostrem enviesados, (3) criar as categorias que permitam a depuração dos dados gerados pela revisão e pela investigação empírica e (4) determinar de que maneira ocorreu a relação e traçar as transformações mútuas ocorridas, descrevendo esta dinâmica para além de constatá-las.

2. Futebol

Talvez um dos indicadores de que o futebol está fortemente enraizado na cultura brasileira seja a análise de artigos sobre o assunto escrito por autores nacionais. Estes problematizam, por exemplo, as relações com a cultura brasileira, mas não fazem uma definição mínima do que é o futebol como um fenômeno estudável. Encontrar essa



informação (necessária para a condução de uma pesquisa) em um recurso didático - que é ao mesmo tempo reflexivo em um sentido para poder ser expositivo - pode ser uma evidência bem interessante. Reforçando um certo aspecto metafísico, definições da bibliografia sobre o esporte são buscadas anteriormente à sua “institucionalização”. Tal dado mostra antes um arquétipo da ação humana do que, propriamente, uma prática social intencionalmente formulada a partir de regras convencionadas e partilhadas:

Não se sabe ao certo como o esporte se iniciou, mas encontra-se na história antiga, vários tipos de esportes praticados com o uso da bola e muito semelhantes ao Futebol, embora não possuísse a organização e regras atuais. O mais parecido com o Futebol atual é um jogo encontrado na Grécia, por volta do século I a.C., esse jogo era praticado por soldados que se dividiam em duas equipes de nove pessoas e jogavam com uma bola cheia de areia. Foram encontrados também jogos não tão semelhantes na China Antiga, por volta de 3000 anos a.C., o qual era jogado como treinamento militar, e no Japão Antigo um jogo praticado por membros da corte (ARAÚJO, 2006)

Portanto, essa genealogia mostra a associação entre militarismo e nobreza na origem desta prática social. O prestígio da atividade guerreira, embora não invista de nobreza formal, também “unta” de sagrado essa prática ao associá-la à continuidade da própria comunidade como um todo. De modo que, mesmo com o advento da modernidade em si, o futebol se institucionaliza a partir de regras fisicamente codificadas em um suporte escrito:

Foi na Inglaterra, porém, que as regras atualmente conhecidas por nós foram implementadas. Lá o jogo foi sistematizado, o tamanho do campo foi determinado e passou-se a usar a bola de couro cheia de ar. Aos poucos o jogo foi se popularizando e recebeu, em 1848, um código unificado de regras para ser praticado em qualquer lugar do mundo [...] Datas de instituição de algumas regras:
1871: guarda-redes (goleiro)
1875: regra do tempo de 90 minutos
1891: pênalti
1907: regra do impedimento.
[...] Em 1885 o futebol passou a ser jogado profissionalmente, e em 1904 foi criada a FIFA (ARAÚJO, 2006)

Portanto, de uma prática local, o futebol passou para a dimensão internacional, talvez se beneficiando desse rastro de práticas semelhantes ligadas à dimensão nobre e militar. Além de se tornar uma prática, foi criado um órgão regulamentador, a FIFA, no começo do século XX. O alastramento da prática foi acompanhado de sua popularização, que a empurrou para além do seu nicho original:



O grau de popularidade do esporte é realmente impressionante. Há mais afiliados à Federação Internacional de Futebol (Fifa) e ao Comitê Olímpico Internacional (COI) do que à Organização das Nações Unidas (ONU). Essa difusão mundial tem forte relação com as características históricas do momento em que a prática se conformou, o século XIX: o fortalecimento de um mercado global, o desenvolvimento de movimentos internacionais, a consolidação da ideia de Estado-Nação, a valorização dos espetáculos e dos momentos de lazer, entre outras dimensões (MELO, 2014: 35)

A teoria de Melo aponta para características históricas que favoreceram essa difusão; nosso estudo é menos focado nessa dimensão histórica e mais na dimensão cultural, que não prescinde necessariamente daquela cronológica. Nosso foco é o Brasil, e há uma particularidade na sua trajetória em território nacional, que se profissionalizou a partir de 1933:

[...] chegada do futebol [foi] no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Discutimos também as identidades formadas e projetadas, examinando as visitas dos amadores dos ingleses do “Corinthian Football Club” ao Brasil. Analisamos os primeiros passos do processo de profissionalização do futebol, em 1933, e problematizamos o confronto com a perspectiva amadora. Examinamos o estabelecimento do futebol como esporte de massa e também a utilização do esporte como instrumento de barganha e articulação das classes subalternas (JACOBINA, 2011: 24)

Noções como “massa” e “classes subalternas” não entram em nossa análise, porque estamos mais preocupados com o compartilhado - que, mesmo não induzindo a uma uniformidade, permite que percorramos um outro caminho analítico e nos deparemos com outras evidências. Porque nosso objetivo são, antes, o cotejo das regras do futebol com traços culturais apontados pela revisão bibliográfica empreendida:

Mead identifica o jogo como uma estrutura heurística, em que jogos coletivos como o futebol apresentam analogias com as relações que se estabelecem entre os indivíduos dentro de uma sociedade. O jogo fornece um modelo simplificado para compreender essa interdependência. (MEAD apud KISHIMOTO, 1994: 124)

Através de uma criteriosa análise documental de diversos manuais sobre o esporte, De Toledo (2008: 197) encontrou as seguintes regras, estas que embasam os diferentes níveis de prática do esporte - profissional, amador, oficial, não-oficial:

I - o campo de jogo; II - a bola; III - número de jogadores; IV - equipamento dos jogadores; V - árbitro; VI - fiscais de linha; VII - duração da partida; VIII - início da partida; IX - bola em jogo e fora de jogo; X - contagem de gols; XI - impedimento; XII - infrações e indisciplina; XIII - o tiro



livre; XIV - pênalti; XV - arremesso lateral; XVI - tiro de meta e XVII - tiro de canto

Tais regras levantadas foram desdobradas pelo autor em duas categorias de análise: (a) regras frias e quentes e (b) eixo espaço-temporal, cultura material, práticas individuais e organização social. Essa perspectiva mais formalista - que, mesmo assim, consegue remeter ao contexto brasileiro destarte abdicar do conteúdo - não será o nosso foco direto. Queremos levantar as regras básicas, aquelas que permitem o funcionamento de uma partida de futebol - seja a nível profissional, seja a nível amador ou mesmo entre amigos que desejam realizar o “ritual” eles mesmos como uma atividade de lazer. Chamamos-as de regras mínimas, e estas cumprem uma função:

Na partida de xadrez, há regras externas que orientam as ações de cada jogador. Tais ações dependem, também, da estratégia do adversário. Entretanto, nunca se tem acerteza do lance que será dado em cada passo do jogo. Esse tipo de jogo serve para entreter amigos em momentos de lazer, situação na qual predomina o prazer, a vontade de cada um participar livremente da partida. Em disputa entre profissionais, dois parceiros não jogam pelo prazer ou pela vontade de o fazer mas são obrigados por circunstâncias como o trabalho ou a competição esportiva (KISHIMOTO, 1994: 106)

Adicionalmente a ser um levantamento operacionalizado, as características apontadas por De Toledo ajudaram a montar as categorias originais a serem utilizadas no nosso estudo. Estas são, a saber, a de Participantes, a de Autoridade e a de Bola, tal como descritas no quadro 1.

Estas categorias foram utilizadas para se estabelecer as afinidades com características culturais brasileiras, estas últimas apontadas pela literatura sócio-antropológica. A análise efetuada vai observar que o momento do jogo permite que uma série de leituras, expectativas e aspirações sociais se efetuem no instante em que a estrutura social é representada como um microcosmos durante o vir-a-ser do momento lúdico - assistido em execução por terceiros (o público) ou jogado.

O cotejo dessas regras mínimas será feito com estudos sobre a cultura brasileira. Nesse sentido, podemos avançar para uma definição mínima do que entendemos por essa cultura e por sua especificidade, para poder definir o segundo ente a ser apreciado pela afinidade eletiva. Ao invés de partirmos diretamente de Da Matta, gostaríamos de realizar uma definição a partir da intermediação de Bernardo Lewgoy (2001: 76), visto



Quadro 1. Quadro das categorias utilizadas no estudo

Categoria	Regras que a compõem	Descrição da categoria
Participantes	campo de jogo/número de jogadores/equipamento dos jogadores	Esta categoria corresponde às características da disposição e do modo como os participantes se engajam na atividade futebolística (sendo jogando ou a assistindo)
Autoridade	árbitro/fiscais de linha/duração da partida/início da partida	Esta categoria corresponde às características da disposição e do modo como o poder se apresenta na atividade futebolística (sendo jogando ou a assistindo)
Bola	bola em/fora de jogo/contagem de gols/tiro livre/pênalti/arremesso lateral/tiro de meta/tiro de canto/impedimento/infrações e indisciplina	Esta categoria corresponde às características da disposição e do modo como a bola se engajam na atividade futebolística

Fonte: autoria própria

que esse autor já lida com alguns outros aspectos de estudo que confluem mais com a nossa análise:

Para este autor [Da Matta], o Brasil é uma sociedade relacional que desliza num continuum ideológico, que vai da hierarquia à igualdade. Assim, a cultura brasileira é fortemente tributária de um ethos e de uma cosmologia hierárquica (ainda que cruzada ao individualismo), podendo ser representada por um modelo triangular, onde os vértices são a “ordem”, a “desordem” e o “outro mundo”. Os típicos personagens que a representam são em primeiro lugar o “caxias”, o inflexível cumpridor de ordens, amante das normas e legalista até o extremo em seus posicionamentos. Em segundo, há o “malandro”, navegador dos interstícios sociais, personagem ligado à inversão carnavalesca que desfaz burlesca e momentaneamente as distâncias hierárquicas entre os grupos. Finalmente temos o renunciante, que se relaciona à perspectiva do religioso, neutralizador das diferenças diante da morte, do sagrado e do “outro mundo”. Personagem dos limites, intérprete e intercessor privilegiado entre este mundo e o outro mundo, o renunciante incorpora o modelo católico de virtude e santidade, altamente diferenciado com relação ao mundo, suas paixões, laços e trocas (LEWGOY, 2001: 76)

Esse triângulo ordem-desordem-outro mundo nos pareceu bem explícito em nossa leitura sobre as normas mínimas do futebol em seu cotejo com a bibliografia acerca da cultura nacional. Veremos, mais adiante, como esse triângulo aparece e se delimita no decorrer de nossa análise.



3. Participantes

Para o futebol, o número de participantes de uma partida precisa ser restrita tanto do ponto de vista geográfico quanto no número de jogadores - estes preferencialmente em número par, mas pode haver um cadastro de reservas ou mesmo rebalanceamentos qualitativos entre os times - além de corporalmente - equipamentos como caneleiras podem possibilitar uma prática mais segura, ou a proibição de certos movimentos como o de chutes mais fortes. Assim, é preciso um certo preparo anterior a uma partida, uma estrutura prévia que permita que as regras mínimas sejam aplicadas e o jogo possa, de fato, ser imersivo.

O contexto pós-colonial favorece formações sociais desiguais e mais estratificadas, principalmente do ponto de vista econômico. Embora a desigualdade exista fora desses contextos descritos, neles há um outro significado atribuído para a diferença: esta se assenta geralmente em uma leitura da teoria da modernização, no qual alguns grupos se responsabilizam por protagonizar o processo civilizatório. Esta assunção torna o ambiente hostil para os grupos que estariam fora dessa lógica mais eurocentrada - embora não anule completamente possibilidades de mudança de estrato. Em um ambiente hostil, os grupos sociais e o estado tendem a se tornar corporatistas em prol desse grande projeto moderno, mesmo sem perceber essa inclinação. Mas o que seria o corporativismo de um ponto de vista teórico?

Orientación que, podemos anticipar, se reduce demasiado estrechamente a las manifestaciones que tiene en el área de la economía política. Lo que parece llamar más la atención de los investigadores es la formulación de la política económica en muchos países mediante acuerdos entre gobiernos, patronales y sindicatos. Esta es una muestra importante de las tendencias corporatistas, pero sería miope reducir el fenómeno a esta sola manifestación. Sostendremos, pues, que el corporatismo moderno es también un fenómeno más amplio cuyos efectos totales pueden alcanzar al conjunto de la sociedad y a sus formas actuales de reestructuración y conflicto. No obstante, no creemos que la posible corporatización de las sociedades avanzadas contemporáneas las cubra enteramente. Al contrario, se trata para nosotros de una dimensión, de una faceta solamente, de una realidad mucho más compleja, la mayor parte de la cual se escapa, sin duda, a lo que se pueda entender por corporatismo (YRUELA, GINER, 1985: 11).

Assim, o brasileiro acaba por precisar vincular-se a um grupo, pois a sua condição (e iniciativa) individual não lhe garantem uma posição satisfatória na estrutura, o que corresponde à personalidade aventada por Da Matta. Formam-se o que, no cotidiano,



chama-se de “panelas”, mas estas, muitas vezes, são contingenciais e o sujeito muitas vezes circula entre elas de acordo com demandas da estrutura - muitas vezes ele pertence a diferentes panelas em diferentes domínios sociais. Talvez isso seja responsável por estabelecer uma desconfiança generalizada entre os brasileiros, pois sua confiança está depositada em sua “panela” econômica/política/social.

Quando nos referimos as relações no interior do futebol como instituição, no entanto, notamos que há menos motivos para desconfianças. Os times, definidos por uniformes, estabelecem “panelas” bem explícitas, no qual os lados da partida estão bem delimitados - não se exige do indivíduo a leitura nas entrelinhas. O símbolo (na forma de “escudo”) consegue agregar uma comunidade ao seu redor e deixa ela bem definida e distinta, quase de um ponto de vista religioso (alguns autores da sociologia ignoram o “quase”). No interior de um time há a igualdade com relação à condição de sujeito, o que cria um tipo de laço diferente do entorno social - este que é pessoalizado e no qual a habilidade nem sempre garante uma distinção.

A alta proliferação de agremiações, tanto no nível regional (em estados, em cidades, as vezes em bairros) quanto em nível profissional também serve de metáfora para uma forte e oportuna estratificação social, na qual o estado entra como um grupo orientado e não como neutro e conciliador dos conflitos:

Transportando esta discussão para a análise do caso brasileiro, talvez possamos constatar que temos em nosso sistema político mais resquícios de traços fascistas - ou, mais genericamente, autocráticos - do que propriamente corporativistas, e aqui as palavras são importantes, pois a condenação unânime do “corporativismo”, a persistir, certamente poderá criar sérios obstáculos à construção de um adequado mecanismo institucional de intermediação de interesses no País. Em certa medida, como lembra Fábio W. Reis em diversos trabalhos [...], a tarefa mesma de construir a democracia parece envolver necessariamente o problema de se construir o “corporativismo adequado”, isto é, formas de aglutinação de interesses privados e sua legítima representação junto ao estado, como condição mesma da adesão desses atores privados às regras que dão vida ao estado democrático (REIS, 1995: 7)

Há ainda um outro traço, que é a questão da impessoalidade da ação, algo que a “panela” pode trazer. Porque, na existência da equipe, apesar de o sujeito ser responsabilizado pessoalmente por falhas, ele está também no interior da equipe. Isso, ao nosso ver, corresponde à descrença nas instituições coletivas e deliberativas: o indivíduo até pode acreditar na iniciativa pessoal, mas a considera menor do que os problemas da



equipe como um todo. O exercício dessa crença corresponde à um fenômeno social denominado pela literatura como descrença nas instituições:

A ascendência dessa reação social resulta, portanto, de uma descrença na capacidade de as instituições estatais e econômicas lidarem de forma efetiva com as questões de interesse da coletividade, principalmente em países com sérios entraves sociais, políticos e econômicos, para alcançar um nível satisfatório de desenvolvimento, como é o caso do Brasil (FERREIRA, 2003: 37).

Se o estado brasileiro é percebido, claramente, como portador de um ímpeto mais corporatista, na partida de futebol o juiz, por exemplo, não necessariamente age dessa forma. Observemos mais de perto a questão de autoridade, que, durante uma partida, pode não assumir uma condição dúbia, diferentemente do estado, que acaba sendo sempre dúbio.

4. Autoridade

Por ser um jogo (HUIZINGA, 2000), uma partida de futebol segue um conjunto de regras, mas, aliado a essas regras, o futebol possui um juiz, o que possibilita, ao mesmo tempo, a aplicação das regras por um terceiro desinteressado e uma flexibilidade das mesmas em casos imprevistos - o que só ocorre em qualquer atividade humana, que apresenta momentos inesperados mesmo com o estabelecimento de condutas para a ação. Em termos de catarse, essa dualidade - às vezes o estado é justo, as vezes é corrupto - simboliza um possível escape às atividades do Estado, que acaba concebido como maléfico para a sociedade:

Desde [Sérgio] Buarque, o ponto fundamental em todos [...] autores extraordinariamente influentes é a oposição entre um Estado percebido como causa de todos os males, posto que ineficiente, politiquês e corrupto, e um mercado visto crescentemente como o reino de todas as virtudes (SOUZA, 2011: 2)

Da mesma maneira, a literatura consultada aponta que, culturalmente, o Brasil é uma sociedade autoritária, para além do estado o ser:

O interesse contínuo que o livro [Bases do Autoritarismo no Brasil] tem encontrado ao longo desses anos parece confirmar que a temática do autoritarismo brasileiro não é um simples fenômeno passageiro, mas tem raízes profundas e implicações que não se desfazem por meros rearranjos institucionais [...] Uma das teses centrais [...] é que o Brasil herdou um sistema político que não funciona como “representante” ou “agente”



de grupos ou classes sociais determinados, mas que tem uma dinâmica própria e independente (SCHWARTZMANN, 10)

Outros autores - apologetas da democracia como o sistema mais justo de governo - afirmam que talvez seja esse substrato autoritário que não permita, por exemplo, que a democracia se instaure plenamente no país:

[...] chegando-se à conclusão que neles os regimes políticos estruturam um sistema de hibridismo institucional no qual a inclinação para o autoritarismo é mais enfática, mesmo respeitando algumas características eleitorais [...] tais países configuram sistemas ambíguos que combinam uma aceitação retórica da democracia liberal, a existência de algumas instituições democráticas formais, e respeito por uma limitada esfera de direitos civis e políticos como essencialmente iliberal ou sempre com traços autoritários. Averigua que em sistemas ditos semiautoritários não encontramos democracias imperfeitas lutando em direção ao aperfeiçoamento e consolidação, mas regimes determinados a manter a aparente democracia colocando de fora os riscos políticos que a livre competição ocasiona [...] Regimes políticos semiautoritários apostam em sistemas eleitorais da democracia. Mantêm eleições regulares e multipartidárias, permitem o funcionamento do parlamento, direitos civis e políticos (limitados), formas de associações e uma imprensa sem uma censura estatal operando, mas não consolida, e nem pretende consolidar, a democracia como regime. (DA NOBREGA JR, 2010: 96)

Assim, o Brasil estaria colocado no rol de sociedades que não conseguem promover uma orientação completamente democrática para seus sistemas de governo. Isto porquê porque a formalidade do regime - a existência de eleições - não é o suficiente para se consolidar o pensamento de estirpe democrática, que pressupõe a constante deliberação. As instituições são significadas do ponto de vista mais corporativista do que propriamente fraterno e que busca da solidariedade entre as partes.

Todavia, apesar de autoritário, o estado brasileiro não consegue exercer o seu mando por conta da falta - intencional, para alguns autores - de estrutura e de organização anterior, muito embora a presença da burocracia possa fazer parecer o contrário. Isso não permite, por exemplo, que o Brasil possua um programa de segurança pública (SAPORI, 2007) para o combate sistemático aos alarmantes índices de violência:

A situação atual no Brasil é, sem dúvida, atípica. As mortes violentas são a primeira causa de falecimento entre os 5 e 45 anos. Essas mortes prematuras, além de evitáveis, são altamente onerosas em termos de anos de vida perdidos (CHESNAIS, 1999: 54)

Assim, no ambiente social brasileiro, existe esse clima de “todos contra todos”, mesmo que não no sentido alertado pelos contratualistas, já que as “panelas” são inter-



mediárias constantes. Na partida de futebol, além da dicotomia entre os times, existe a possibilidade de a autoridade purificadora e justa se exercer, apesar de o Juiz poder ter sido subornado.

É válido notar que, no nível cotidiano (em partidas entre amigos, por exemplo), raramente há um jogador que torna-se juiz voluntariamente, até porque não deseja assumir antipatias decorrentes de sua posição; nem o grupo paga a algum participante externo para sê-lo. Geralmente todos encarnam o juiz, o que envolve, as vezes, certo grau de negociação na aplicação das regras, ou mesmo na sua interpretação. Como não há um domínio do código escrito da Fifa, por exemplo, acreditamos que haja uma internalização das regras mínimas aludidas anteriormente. O campo e os seus limites estão traçados a partir do imaginário, que modeliza matematicamente e moralmente aquele espaço separado para essa prática.

O juiz, quando não é coletivo, está em uma posição bem definida: usa uma roupa distinta (um uniforme que precisa ser diferente do dos jogadores) e tem o seu poder concentrado (e restrito ao campo de jogo, o que destoa de um Estado que assume mais obrigações do que as que consegue cumprir). Estão, portanto, bem claras as posições antagônicas e aquelas que são autoritárias: postas as condições para que a bola possa deslizar pelo campo.

5. Bola

A bola é o mote do jogo, pois a sua posição em campo determina a contagem de pontos para os times e a sua posse investe o jogador que a detém com singularidade momentânea: os olhos dos espectadores e dos demais jogadores estarão nele postos. A bola, muitas vezes, é a única estrutura física relacionada diretamente ao jogo - as normas ficam internalizadas nos indivíduos e são por elas aplicadas no decorrer da partida - o que permite que este jogo seja executável mesmo com pouquíssima estrutura material. São muitas as histórias de brasileiros que utilizam chinelos para simbolizar as traves da goleira.

Isto torna o esporte, de certa maneira, universalizável para todas as classes sociais, bastando o conhecimento das regras para que se possa iniciar a prática coletiva da



modalidade:

O Brasil é o país das misturas, a única nação verdadeiramente universal, onde coexistem todas as grandes civilizações do planeta, mas é também, o país das desigualdades e dos extremos. As maiores fortunas vão de par com a mais abominável miséria (CHESNAIS, 1999: 54)

Ou seja, o universal brasileiro, para além de se constituir na convivência das culturas, pode estar nesse conhecimento das regras do futebol - mesmo que estas não se apliquem em uma partida.

A luta pela bola se apresenta, também, como uma situação de conflito. Mas que se trata de um conflito simulado e que pode ser interrompido a qualquer momento (seja pelo juiz, seja por uma tormenta que se aproxima, por uma lesão séria de um dos jogadores, etc), tornando o conflito presente e não presente ao mesmo tempo. Escolher-se entrar no conflito e escolher quando dele sair parece ser um luxo diante de um contexto eminentemente conflitivo:

Deste ângulo, os ritos seriam elaborações sociais secundárias, com a função de apagar os conflitos gerados pela transição da adolescência à maturidade, uma passagem postulada inevitável, difícil, problemática e conflituosa em qualquer sociedade humana. Nessa perspectiva, o foco é sempre nos jovens e naquilo que é percebido como uma arriscada e conflituosa transição dentro da sociedade (DAMATTA, 2000: 11)

Biologicamente, o que se espera é que os jovens não-sedentários sejam aqueles que consigam manter o ritmo de movimentação de uma partida por todo o seu decorrer. Então, um jogador fora desse espectro participar de uma partida pode ser também re-tomar, simbolicamente a juventude e escapar-se aos conflitos da idade adulta durante o transcorrer do jogo - agravados em um ambiente agressivo e desigual.

Ao ser concebido como uma atividade de lazer, o futebol também pode ser encarado como um momento bem delimitado de explosão emocional, no qual a competição cotidiana é ressignificada e a energia vital pode voltar, mesmo que ela tenha sido perdida em atividades mundanas e cotidianas:

É possível que sua ênfase sobre a sociedade como processo vital em que episódios marcados por considerações sócio-estruturais foram seguidos de fases caracterizadas por antiestrutura social (liminaridade e "communitas") provou ser mais fácil a esses especialistas do que a orientação dada pelas tradicionais escolas de Sociologia que persistem em equiparar o social com o sócio-estrutural. (TURNER, 1974: 5)



Estar com a bola, portanto, acaba gerando dois papéis para o possuidor. Ao sair das obrigações do mundo da vida, alguém envolvido pode (a) estar “brincando” e não em uma situação de conflito verdadeiro e (b), quem assiste pode exigir desempenho naquele momento do jogo, mesmo que não esteja colaborando diretamente. Neste momento, então, o brasileiro experimenta uma certa liberdade:

Liberdade que é o sentimento de não ser subjugado, de fazer como bem entende, mas transformada em valor, que no mundo moderno se transforma em “freedom”: a motivação inalienável de ser determinado de dentro para fora que constitui o centro do conceito de “autonomia” e conduz a uma oposição dupla entre indivíduo e sociedade. Primeiro, no conflito trivial do indivíduo contra a sociedade quando ele (ou ela) luta por seus direitos ou pela libertação dos costumes. Segundo, quando o indivíduo, integrado por sua auto-suficiência (self-reliance), ousadia (boldness), ambição (ambitiousness) e espírito aventureiro (venturesomeness), produz bem-estar social por meio de sua capacidade empreendedora, ou entrepreneurship (DAMATTA, 2000: 22)

Assim, de certa maneira, se uma enorme parcela da população não se sente incluída no jogo político e nem se sente partícipe do projeto moderno que estrutura boa parte da intencionalidade política, ela pode se sentir autora do momento do futebol. Tanto no sentido de estar com a bola quanto no de se estar ditando o seu fluxo através do incentivo/depreciação do jogador (rival ou associado):

Dentre os vários e ricos ensinamentos de Bakhtin, um dos que mais tem sido seguido é o que se refere à questão da autoria. Bakhtin afirma que a construção do nosso discurso se dá a partir da apropriação da palavra alheia (ROMAN, 1992: 218)

Ou seja, o torcedor/jogador é um autor: ele dispara essa energia vital na situação de jogo e, de certa maneira, expressa como este gostaria que as coisas fossem. Também, quando um jogador realiza a sua função, essa voz da torcida ecoa em sua mente como projeção, na tentativa de ditar como deve ser a sua ação.

Assim, partindo da ideia de que o mercado é o reino das virtudes e da autoria e o estado é o reino da corrupção e da heteronomia, a bola pode ser vista como o momento de autonomia onde a voz/habilidade contam mais do que os laços sociais. Momento que não se repete em outras ocasiões e o ambiente volta a ser hostil em sentido literal.



6. Considerações Finais

O mote deste artigo foi uma investigação sobre o laço existente entre o futebol - mais especificamente nas suas regras mínimas, que permitem que haja a execução do esporte tanto por profissionais quanto na dimensão cotidiana, tanto por espectadores quanto para jogadores - e a cultura brasileira - através da revisão bibliográfica de alguns autores bastante conhecidos na literatura sócio-anropológica. Partimos de uma relação que não foi a de uma causalidade direta, mas sim uma aproximação de categorias através do conceito de afinidade eletiva, de extração weberiana. Dessa maneira, após revisitarmos os conceitos de afinidade eletiva (formulado por Weber, mas definido com detalhes por Michael Löwy) e propor uma metodologia para a abordagem dos dados, revisamos bibliograficamente o próprio futebol (para contextualizar as suas regras) e cotejamos esse procedimento anterior com ideias formuladas por estudiosos da cultura brasileira. Assim, percebemos que, historicamente, o futebol já se associava à uma atividade sagrada (religiosa ou militar), e que sua expansão parece ter mantido um pouco desse arquétipo.

Nossas conclusões são de que as categorias identificam realidades expressas e também ideadas: os participantes são os brasileiros (algo como um outro generalizado), a autoridade é o estado brasileiro (purificado ou não, mas que precisa ouvir a voz da torcida ou dos participantes) e a bola simboliza o mercado. Assim como o triângulo ordem, desordem, outro mundo (aventado por Da Matta) correspondem, em nosso estudo, às categorias autoridade, participantes e bola.

Assim, a cultura acaba sendo suprimida pela estrutura e encontra sua expressão no simulacro, que é o jogo do futebol. Por mais que este se mercantilize, se profissionalize, etc., não se trata de uma atividade que deixa de ser lúdica, não produtora por si só (CAILLOIS, 1990). E, por ser lúdica, consegue causar esse efeito nos participantes. O que mostra o quanto o espaço social ordinário não é um espaço de autoria, diferentemente de uma partida de futebol, jogada ou assistida, um momento extraordinário. Essa falta de autoria redundava, ao nosso ver, em um forte desengajamento para com o espaço público e uma desistência da construção e da participação num projeto que aglutine mais sujeitos. O que conduz a um pragmatismo individualista e, às vezes, a uma postura auto-sabotagem. Algo que, ao nosso ver, se traduz em uma lógica do "Titanic": o brasileiro



acha que o “barco” está para afundar e que é preciso que cada um salvar a si mesmo. Mas o barco, de fato, não se afunda, muito porque ele nem ao menos foi construído.

Esse estudo ajuda também a refletir sobre um fenômeno que vem acontecendo nos esportes, que é o *trash talking*. Atletas como o artista marcial-misto Conor McGregor ou o boxeador Floyd Mayweather atraem muita atenção para suas lutas disparando um discurso muitas vezes infantil contra seu oponente. Relatos apontam que, no Brasil, isso não desperta o mesmo interesse do público, a despeito do grande compartilhamento de valores da cultura americana. Como em outros países a competição em esportes está mais vinculada ao mundo do trabalho, o *trash talking* consegue montar uma narrativa para que a competição se mostre interessante. O que, definitivamente, não é necessário quando o esporte simboliza tantas coisas de maneira simultânea.

Referências

- ARAÚJO, Ana Paula de. Futebol. Brasil Escola. 2006. Disponível em: <http://www.infoescola.com/esportes/futebol/>
- CAILLOIS, Roger. Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem. Lisboa: Cotovia, 1990.
- CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. Ciência & Saúde Coletiva, v. 4, n. 1, 1999.
- DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. Mana, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-29, 2000.
- DE PAULA, João Antônio. AFINIDADES ELETIVAS E PENSAMENTO ECONÔMICO: 1870-1914. KRITERION, Belo Horizonte, nº 111, Jun/2005, p. 70-90.
- DE SOUZA, Marcos Alves. Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro.. Cadernos Pagu, Campinas, v. 6, n. 7, 1996, pp.109-152
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização. Zahar, 1993.
- FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- JACOBINA, André Teixeira; MENEZES, Vilson Alves. Futebol: o esporte bretão que se abraçou. Cadernos de História, p. 23-39, 2011.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. Perspectiva, v. 12, n. 22, p. 105-128, 1994.



- LEWGOY, Bernardo. Chico Xavier e a cultura brasileira. *Revista de Antropologia*, v. 44, n. 1, p. 53-116, 2001.
- MELO, Victor Andrade de. Futebol, lazer e práticas lúdicas. *Ciência e Cultura*, v. 66, n. 2, p. 35-38, 2014.
- NOBREGA JR, José Maria Pereira da. A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia? *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 23, 2010, pp.74-141.
- PARANHOS, Felipe. O brasileiro não gosta de MMA. Gosta de campeão. *Sexto Round*. Disponível em: <http://sextoround.com.br/12846-o-brasileiro-nao-gosta-de-mma-gosta-de-campeao/>. Acesso em: 02/10/2017
- PY, Fábio. A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano. *Revista Latinoamericana*, Vol. 14, Nº 41, 2015.
- REIS, Bruno. Corporativismo, pluralismo e conflito distributivo no Brasil. *Dados*, v. 38, n. 3, p. 417-457, 1995.
- ROMAN, Artur Roberto. O Conceito de Polifonia em Bakhtin: o trajeto polifônico de uma metáfora. *Revista Letras*, Curitiba, n.42, pp. 195-205, 1993.
- SAPORI, Luís Flávio. *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Publit Soluções, 1982.
- SOUZA, Jessé. A parte de baixo da sociedade brasileira. *Revista Interesse Nacional*, v. 14, p. 33-41, 2011.
- TESSER, Charles Dalcanale, DE SOUSA, Islândia Maria Carvalho. *Atenção Primária, Atenção Psicossocial, Práticas Integrativas e Complementares e suas Afinidades Eletivas*. *Saúde Soc*. São Paulo, v.21, n.2, p.336-350, 2012
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *Jogo livre: analogias em torno das 17 regras do futebol*. *Horizontes Antropológicos*, v. 14, n. 30, p. 191-219, 2008.
- TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. São Paulo: Vozes, 1974.
- YRUELA, Manuel Pérez; GINER, Salvador. *Corporatismo: el estado de la cuestión*. *Reis*, n. 31, p. 9-45, 1985.